

CADASTRAMENTO DE DISCIPLINAS - *Stricto Sensu*

Nome do Curso ou Programa: Programa de Pós-Graduação em Geografia

Nome da Disciplina:

Políticas Públicas, Instituições e Território: As Desigualdades Territoriais como Problema

Ministrada : ME DO Ambos

Carga Horária/Créditos

Teóricos		Téorico-Práticos		Trabalho Orientado / Est. Superv.		Total	
Carga Horária	Nº de Créditos	Carga Horária	Nº de Créditos	Carga Horária	Nº de Créditos	Carga Horária	Nº de Créditos

Ementa da Disciplina:

O objetivo da disciplina é dar visibilidade ao debate intelectual acerca da perspectiva institucionalista nas ciências sociais e suas possibilidades analíticas no campo da Geografia. Nesta terceira edição, propomos atualizar a discussão acerca dos persistentes desafios teórico-metodológicos que o problema das desigualdades impõe na agenda de pesquisas das Ciências Sociais, em geral, e da Geografia contemporânea, em particular. Destaca-se, nesta abordagem, a importância dos contextos institucionais e das escalas de ação política para o tratamento do problema.

Trata-se de uma questão clássica, mas que vem sendo revigorada nas ciências sociais a partir de distintas perspectivas teórico-metodológicas. Tomamos como premissa o entendimento das desigualdades como um fenômeno multidimensional, que reflete as relações entre contextos institucionais, qualidade dos processos políticos e as diversas engenharias distributivas e inclusivas. O termo multidimensional evoca, ainda, que a desigualdade se constrói em diversas escalas espaço-temporais e não se reduz a campos específicos hoje vinculados aos diferentes departamentos das Ciências Sociais (sociologia, economia, geografia etc.). Partindo-se do rico debate das ciências sociais alemãs sobre a pluralização das formas de assimetria social, a desigualdade é um fenômeno que compreende, além da renda e do patrimônio, os campos da educação, os processos de socialização, a etnicidade, as questões de gênero e a qualidade dos processos democráticos (Hradil, 1987; Tilly 2000). Os estudos de quadros de desigualdades vêm sugerindo, ainda, que os recursos presentes em diferentes contextos estimulam questionamentos acerca das decisões políticas passíveis de contribuir para a redução ou para acentuar desigualdades.

Posto isso, longe de promover uma discussão exaustiva da vasta e densa literatura sobre o problema, procuramos focar como arranjos institucionais e pactos político-territoriais contribuem para modos de coordenação político-territorial propensos à superação ou reprodução de cenários de desigualdades. Serão assim abordados, em um primeiro momento, alguns fundamentos institucionais como recursos analíticos para compreensão do problema das desigualdades territoriais. Na sequência, optamos por traçar um percurso que pretende iluminar processos de construção de Estados de bem-estar social e seus efeitos distributivos. Desde sua consolidação no início do século 20, sabe-se que os regimes democráticos vinham se apresentando como capazes de gerir uma experiência distributiva em larga escala como uma de suas fontes de legitimação. Em seguida, abordaremos o desmantelamento desse modelo e seus efeitos para o acirramento de desigualdades. Por fim, o debate sobre as relações entre crise da democracia e das políticas distributivas nos interessarão mais detidamente.

Bibliografia

- Abramovay, R. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. In: Arbix, G.; Zilbovicius, M.; Abramovay, R. Razões e ficções do desenvolvimento. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- Reis, J. (2009). Ensaio de economia impura. Coimbra: Edições Almedina, pp. 15-48.
- Hodgson, G. (2017). A abordagem da economia institucional. In: Salles, A. O.; Pessali, H.; Fernández, R. (orgs). Economia institucional: fundamentos teóricos e históricos. São Paulo: Editora Unesp.
- Reis, J. (2012). Um exercício interdisciplinar: identificar o lugar do Estado na economia. In: Kerstenetzky, C. & Neves, V. (orgs). Economia e interdisciplinaridade(s). Coimbra: Edições Almedina.
- Rosanvallon, P. (2011). La sociétés des égaux. Paris: Seuil. Parte III: Le siècle de la redistribution. pp. 228-284. (Disponível também em inglês)
- Esping-Andersen, G. (1990). The three worlds of welfare capitalism. Cambridge: Polity Press. Parte I: The Three Welfare-State Regimes. pp. 9-143
- Streck, W. (2012). Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo:

Boitempo. Caps. 1 e 2. Peck, J. & Tickell, A. (2002). Neoliberalizing space. *Antipode*, 34(3) (também disponível em espanhol).

Barnett, C. (2006). The consolations of neoliberalism. *Geoforum*, 36(1), pp. 7-12.

Piketty, T. (2014). *O capital no século XXI*. São Paulo: Intrínseca.

Rosanvallon, P. (2011). *La sociétés des égaux*. Paris: Seuil. Parte III: Le siècle de la redistribution. pp. 287-246.

Mouk, Y. (2018). O povo contra a democracia: por que a nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras. "Introdução" e "Parte I: A crise da democracia liberal", pp. 15-161.

Rodríguez-Pose, A. (2018). The revenge of the places that don't matter (and what to do about it). *Cambridge journal of regions, economy and society*, 11(1), 189-209

Eichengreen, B. (2018). *The populist temptation: economic grievance and political reaction in the modern era*. Oxford University Press.

Przeworski, A. (2020). *Crises da democracia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Rodrik, D. (2013). Roepke lecture in economic geography—who needs the nation-state?. *Economic Geography*, 89(1), 1-19

A SER PREENCHIDO PELA PROPP	Código da Disciplina:				S				
		SIGLA	Nº DE CRÉD.		SEQ. POR ÓRGÃO				